



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 1. ENTE

**Nome:** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / MG  
**Endereço:** Avenida Afonso Pena, 1212  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (031) 3277-4442  
**Fax:**  
**CNPJ:** 18.715.383/0001-40  
**Complemento:** 5º andar  
**CEP:** 30130-009  
**E-mail:** andre.arei@pbh.gov.br

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

**Nome:** José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
**Cargo:** Presidente  
**E-mail:** gabineteapoio@fazenda.mg.gov.br  
**CPF:** 098.044.046-72  
**Complemento do Cargo:** Secretário de Estado de Fazenda  
**Data Início de Gestão:** 01/01/2006

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

**Nome:** MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE  
**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 30  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** 313246-6604  
**Fax:** (031) 3246-6604  
**CNPJ:** 18.715.383/0001-40  
**Complemento:** 10º Andar  
**CEP:** 30190-001  
**E-mail:** previdencia@pbh.gov.br

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

**Nome:** Márcio Almeida Dutra  
**Cargo:** Secretário  
**Telefone:** (031) 3246-6604  
**Fax:**  
**Complemento do Cargo:** Secretário Municipal Adjunto Gestão  
**E-mail:** smagp@pbh.gov.br  
**CPF:** 431.100.296-34  
**Data Início de Gestão:** 07/04/2011

### 5. GESTOR DE RECURSOS

**Nome:** Maria Inês Borges Zeferino  
**Cargo:** Gerente  
**Telefone:** (031) 3277-8752  
**Fax:** (031) 3277-8887  
**Entidade Certificadora:** ANBIMA  
**Complemento do Cargo:** Contabilidade, Orçamento e Finanças  
**E-mail:** gecf.smagp@pbh.gov.br  
**CPF:** 659.183.556-34  
**Data Início de Gestão:** 01/07/2011  
**Validade Certificação:** 30/09/2014

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

**Nome:** Maria Inês Borges Zeferino  
**Telefone:** (031) 3277-8752  
**Data de envio:** 16/01/2012  
**Fax:** (031) 3277-8887  
**E-mail:** gecf.smagp@pbh.gov.br  
**CPF:** 659.183.556-34  
[[Retificação]]

**7. DEMONSTRATIVO**

Exercício: 2012

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

Márcio Almeida Dutra

CPF: 431.100.296-34

Data da Elaboração: 21/11/2011

Data da ata de aprovação: 16/01/2012

Órgão superior competente: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: ( X ) Meio Eletrônico ( ) Impresso

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	100,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	15,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	5,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	30,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	20,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
<b>Total</b>		440,00

**Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados**

## **Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos**

Entender os fatores que influenciam o crescimento ou retração da economia brasileira e mundial passa a ser mais um desafio da reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social de Belo Horizonte – RPPS. Para melhor investir os recursos arrecadados com as contribuições previdenciárias faz-se necessário entender e acompanhar os cenários e perspectivas estabelecidos pelos governos e agentes econômicos. Nesse momento de reestruturação do RPPS, o primeiro passo é dar publicidade às aplicações do Regime, que tem o objetivo de atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Sabemos que o momento exige uma decisão preliminar, que será submetida à deliberação do Conselho de Administração, tão logo este seja constituído. Os parâmetros utilizados levaram em consideração as análises econômicas atuais para os setores público e privado.

Segundo a nova edição do boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, divulgada nesta sexta-feira (09/12) pelo Ministério da Fazenda, estima-se que a demanda doméstica continuará a ser o principal fator de crescimento econômico brasileiro em 2012, situando-se no patamar de 5,6% do PIB, ante 4,7% previsto para esse ano. A expansão da economia no próximo ano será capitaneada pelo investimento, que, na avaliação da Secretaria de Política Econômica (SPE), que edita o caderno, crescerá mais do que o consumo das famílias no próximo ano. Esse quadro contribuirá para o aumento sustentado da capacidade produtiva do País.

A solidez da economia brasileira em contraste com a atual volatilidade da economia dos países desenvolvidos é enfatizada pela publicação. Segundo a SPE, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking entre as economias mais citadas como destinos atrativos de investimento estrangeiro direto (IED), atrás apenas da China e da Índia. A pesquisa é da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). “O agravamento da crise financeira na Europa amplia a aversão ao risco e induz os investidores a assumirem posturas mais conservadoras. Entretanto, os ingressos de recursos de longo prazo no Brasil, como IED continuam vigorosos”, diz a publicação. No terceiro trimestre desse ano, o ingresso desses investimentos alcançou US\$ 17,9 bilhões, mais do que o suficiente para financiar o déficit de US\$ 10,6 bilhões na conta de transações correntes. No ano, o fluxo de IED deve chegar a US\$ 60 bilhões, de acordo com o Relatório Focus de Mercado do Banco Central (novembro).

Apesar da crise mundial, diz a SPE, os investimentos estrangeiros devem continuar fortes em 2012. Contribuem para essa atratividade, as expectativas favoráveis de crescimento da economia brasileira para os próximos anos e a melhora contínua no horizonte de planejamento. A SPE cita a elevação da posição do País junto às agências de classificação de risco. Esse ano, em plena crise, a Fitch, a Moody’s e a Standars & Poors reclassificaram para cima a nota do Brasil.

Investimento - Segundo o caderno, entre 2011 e 2014 será substancial o crescimento dos investimentos em setores essenciais de infraestrutura no Brasil, como energia elétrica, telecomunicações, saneamento, ferrovias e portos. A estimativa do BNDES é que esses segmentos cresçam 54% no período. Também deverão crescer de forma considerável os investimentos da indústria nos próximos anos (60%), com destaque para os setores de Petróleo & Gás e Químico. Por outro lado, o boletim confirma o arrefecimento da produção industrial, que apresentou queda de 2% em setembro, na comparação com agosto, considerando-se o ajuste sazonal, e queda de 1,6% em relação a setembro de 2010. No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, a produção industrial registra expansão de 1,6%. A atividade econômica brasileira apresentou retração. Segundo o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), a atividade econômica cresceu apenas 0,2% em setembro de 2011 na comparação com agosto. No terceiro trimestre de 2011, o IBC-R aponta retração de 0,3% em relação do trimestre anterior.

Emprego – Apesar da retração da atividade, a SPE avalia que a taxa de formalização de empregos formais continua a crescer e atingiu valores históricos em 2011 (53,5% em outubro). Entre os fatores que contribuíram para esse desempenho estão o aumento da produtividade, melhores níveis de educação formal, e simplificação da estrutura tributária; e fiscalização por parte dos órgãos do governo. Por outro lado, a taxa de desemprego voltou a atingir um dígito desde 2007. Desde o início de 2011, a taxa permanece em torno de 6%. Em outubro, a taxa de desemprego registrou 5,8%, menor percentual para o mês desde a reformulação da pesquisa de emprego em 2002.

Inflação – Na avaliação da SPE, a inflação no Brasil começa a cair. No acumulado em 12 meses, a inflação atingiu 6,64% até novembro, ante 6,97% até outubro, conforme relatório do IBGE. O recuo dos preços deve perdurar nos próximos meses, colocando a inflação em direção ao centro da meta em 2012 (4,5%), estima a secretaria.

Zona do Euro - A deterioração das economias europeias ganhou um capítulo especial na publicação, com destaque para o risco de default de dívidas soberanas dos países da zona do euro a partir de problemas fiscais e impasses políticos que ocorrem na região. O cenário de incerteza quanto à capacidade de controle de gastos fiscais e gestão do endividamento de países propicia a elevação dos juros cobrados para a rolagem das dívidas soberanas. Paralelamente, as agências de classificação de risco podem rebaixar as notas desses países (downgrade) e fragilizar seus sistemas financeiros, alerta o boletim. De acordo com a SPE, o problema do endividamento dos países europeus precisa de solução urgente, principalmente naqueles cujos percentuais da dívida sobre o PIB estejam acima de 100%, como Grécia (165,6%, sem contar o perdão de 50% da dívida), Itália (121,1%), Irlanda (109,3%) e Portugal (106%).

A avaliação da SPE é de que a Grécia continua sendo o problema mais grave e imediato dentre os países da zona do euro. A dívida bruta do país é de 345,3 bilhões de euro, dos quais 56,3 bilhões com vencimento em 2012. Também é motivo de preocupação o déficit em transações correntes na Europa. Portugal tem o maior déficit (-8,6% do PIB), seguido da Grécia (-8,4%) e do Chipre (-7,2%). Alemanha, Holanda e Luxemburgo ainda apresentam superávit em transações correntes (5%, 7,5% e 9,8% do PIB, respectivamente). O caderno ressalta ainda a situação fiscal na zona do euro. Entre os 15 países da zona do euro, apenas a Finlândia não apresentará PIB negativo em 2011. A Grécia apresentará o pior resultado, com crescimento negativo de 6,9%. As projeções são do FMI. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social – GMF)

## **Objetivos da gestão**

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da meta atuarial que é o IPCA + 6% a.a.. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro. As aplicações dos recursos terão gestão própria. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente as entidades credenciadas para receber os recursos do RPPS deverão ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

## **Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos**

Os investimentos realizados pelos gestores do RPPS terão, na sua maioria, horizonte de longo prazo. Desta forma, faz-se necessário a análise dos produtos e ativos onde serão aplicados os recursos, verificando a compatibilidade com as necessidades atuariais e o fluxo financeiro de pagamentos. No processo de desinvestimento, as diretrizes estabelecidas buscam maior ênfase no aspecto rentabilidade, contudo, produtos ou ativos em que o gestor do RPPS constatar a possibilidade de prejuízos ou até mesmo de performance insatisfatória, poderão passar pelo processo de desinvestimento.

**Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável**

As aplicações em fundos de investimento deverão ocorrer mediante processo seletivo e avaliação comparativa de produtos similares, devendo ser observados os critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dessas aplicações e das instituições, de forma a viabilizar a melhor escolha. São esses os critérios previstos na legislação vigente que serão utilizados na seleção dos gestores e produtos de investimentos: I - a solidez patrimonial da entidade; II - o volume de recursos e III - a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

**Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

As entidades credenciadas a receberem os recursos do RPPS deverão enviar mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações; o gestor do RPPS deverá elaborar e submeter a avaliação do Conselho competente relatórios trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e o risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo regime próprio de previdência social com títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis; semestralmente serão realizadas avaliações do desempenho das aplicações efetuadas por entidade credenciada, adotando, de imediato, medidas cabíveis no caso de constatação de performance insatisfatória.

**Observações**

Na elaboração da Política de Investimento optou-se por uma maior flexibilidade na alocação dos recursos. Estando portanto compatível com limites previstos na Resolução CMN nº 3922 de 25/10/2010.

**Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes**

<b>Representante Legal do Ente:</b>	098.044.046-72 - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	431.100.296-34 - Márcio Almeida Dutra	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>	659.183.556-34 - Maria Inês Borges Zeferino	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Responsável:</b>	659.183.556-34 - Maria Inês Borges Zeferino	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>